

Luci Souza de Meneses
Betijane Soares de Barros

**GUIA PRÁTICO PARA
PROFESSORES INDÍGENAS E
NÃO INDÍGENAS -
POR UM CURRÍCULO
ESCOLAR QUE FORTALEÇA
E VALORIZE A HISTÓRIA E
CULTURA INDÍGENA.**



 **hawking**
EDITORA

**GUIA PRÁTICO PARA PROFESSORES INDÍGENAS E NÃO
INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS – POR UM CURRÍCULO ESCOLAR
QUE FORTALEÇA E VALORIZE A HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA**

DIREÇÃO EDITORIAL: Betijane Soares de Barros

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Autores

DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira

DESIGNER DE CAPA: Autoras

IMAGENS DE CAPA: Autoras

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Hawking estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2022 Editora HAWKING

Avenida Fernandes Lima, Farol N°8

Maceió/AL.CEP 57057-450.

www.editorahawking.com.br

editorahawking@gmail.com

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

M543

Meneses, Luci Souza de . Barros, Betijane Soares de

Guia prático para professores indígenas e não indígenas – por um currículo escolar que fortaleça e valorize a história e cultura indígena / Luci Souza de Meneses. – Maceió: Hawking, 2022.

Livro em PDF

69 p., il, fotos.

ISBN 978-65-88220-52-8

1. Escolas indígenas - Currículos - Brasil. I. Meneses, Luci Souza de. II. Título.

CDD 371.8298081

Índice para catálogo sistemático

I. Escolas indígenas - Currículos - Brasil

**LUCI SOUZA DE MENESES
BETIJANE SOARES DE BARROS**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO/EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.**

Maceió-AL
2022

The logo for Hawking Editora features a stylized blue figure of a person sitting in a wheelchair, positioned to the left of the word "hawking" in a bold, blue, lowercase sans-serif font. Below "hawking" is the word "EDITORA" in a smaller, blue, uppercase sans-serif font.

hawking
EDITORA

Direção Editorial

Dra. Betijane Soares de Barros
Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS (Brasil)

Conselho Editorial

Dra. Adriana de Lima Mendonça/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dra. Ana Marlusia Alves Bomfim/ Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Ana Paula Morais Carvalho Macedo /Universidade do Minho (Portugal)

Dra. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Eduardo Cabral da Silva/Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Brasil)

Dr. Fábio Luiz Fregadolli//Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Maria de Lourdes Fonseca Vieira/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Jamyle Nunes de Souza Ferro/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Laís da Costa Agra/Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ (Brasil)

Dra. Lucy Vieira da Silva Lima/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Rafael Vital dos Santos/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dr. Anderson de Alencar Menezes/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

SUMÁRIO

Guia Prático para Professores Indígenas e não Indígenas – Por um Currículo Escolar que Fortaleça e Valorize a História e Cultura Indígena.....	08
APRESENTAÇÃO.....	09
A EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	10
A ESCOLA NA ALDEIA	11
LEGISLAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	12
PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA BILÍNGUE E INTERCUTURAL.....	16
FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO INDÍGENA.....	17
MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS.....	18
A TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR.....	19
HISTÓRIA E DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA NA BNCC.....	20
O CURRÍCULO QUE TEMOS E O CURRÍCULO QUE QUEREMOS.....	21
A HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA A SER ENSINADA NAS ESCOLAS.....	22
SUGESTÃO DE ATIVIDADES	23
Obras de autores indígenas.....	25

Sugestão de obras.....	27
TRABALHANDO COM A LITERATURA INDÍGENA E NÃO INDÍGENA.....	31
TRABALHO COM A LITERATURA INDÍGENA E NÃO INDÍGENA.....	34
Obras sobre a temática indígena escritas por não indígenas.....	44
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	52

Guia Prático para Professores Indígenas e não Indígenas – Por um Currículo Escolar que Fortaleça e Valorize a História e Cultura Indígena

O que realmente sabemos sobre as populações indígenas do Brasil? Que informações precisamos ter para evitar a repetição de estereótipos, preconceitos e estereótipos? Como podemos moldar os olhos de nossos alunos para que eles cresçam entendendo as diferenças entre os muitos sistemas culturais? Que informações podemos transmitir a essas pessoas? O que podemos aprender com eles? Como incluí-los em nossa brasilidade? Por fim, como podemos nos chamar de brasileiros de verdade se ignoramos suas trajetórias, lutas e resistências? Podemos nos chamar de brasileiros sem nosso povo indígena? Estas são algumas das questões que todo educador, indígena e não indígena, deve fazer durante sua prática pedagógica.

Diante do contexto socioeducacional, onde as políticas públicas e instrumentos legais que protegem o direito à educação devem estar em sintonia com a realidade das comunidades historicamente marginalizadas e socialmente excluídas se faz necessário refletir acerca da educação indígena no Brasil e da efetividade de um currículo que possa diferir e se destacar em seu processo educacional (MILHOMEM; MILHOMEM, 2020).



APRESENTAÇÃO

A educação indígena se destaca por promover o aprendizado e o ensino da história e da cultura indígena a partir de métodos de concepção nacional, destacando mitos, religião, lutas e conquistas, bem como seus legados culturais, mudando paradigmas estabelecidos e abandonando práticas educativas ultrapassadas (MENESES et al., 2020),

Nesse contexto, percebe-se a necessidade da estruturação de um currículo baseado em conhecimentos e materiais histórico-sociais que, na realidade, constituem a base da vida de cada comunidade, valorizando, preservando e promovendo legados culturais, tornando possível a educação indígena, e que esta seja de fato diferenciada, para melhor atender às necessidades de seu povo sem comprometer seus princípios morais e sem se reduzir a ser apenas uma escola rural ou de fora da cidade (FERREIRA; BEZERRA, 2020).

Com isso, o presente guia destina-se a educadores, indígenas e não indígenas, e esperamos que possa fornecer suporte a esses profissionais durante a consulta e em sua prática pedagógica.

A EDUCAÇÃO INDÍGENA

O direito à educação está listado em lei como um dos direitos fundamentais dos povos indígenas; no entanto, um longo caminho teve que ser percorrido para garantir esse direito. Atualmente, os povos indígenas veem a educação indígena como um triunfo há muito esperado. A luta por uma educação diferente que refletisse a realidade indígena visava um processo de desenvolvimento educacional junto à comunidade no resgate dos mitos, das histórias contadas pelos mais velhos, através da dança, no artesanato, na recuperação de ervas medicinais, entre outros saberes.

Assim, o objetivo da Educação Escolar Indígena, a partir de Constituição Federal de 1988, passou a ser o de fortalecer os conhecimentos próprios de cada cultura e as pedagogias específicas de cada povo nos currículos das escolas indígenas, além disso, pretendia-se ainda garantir que os povos indígenas pudessem adquirir os mais variados conhecimentos estabelecidos pela sociedade não indígena (COSTA et al., 2020).



A ESCOLA NA ALDEIA

A educação indígena deve assumir sua responsabilidade como instituição formadora de promover educação de qualidade, pois não o fazer prejudica os interesses de toda a comunidade, que depende dessa educação para ser respeitada aos olhos da sociedade dominante (LOCATELLI, 2022).

Desse modo, é importante buscar novos métodos para construir uma escola que respeite os processos naturais de aprendizagem dos povos indígenas e valorize suas práticas educativas. Como resultado, é preciso descolonizar as antigas práticas da escola civilizadora que ainda existem nas terras indígenas (FERREIRA, 2018).

Diante disso, a escola dentro das aldeias surge como parceira na educação de crianças, adolescentes e adultos indígenas, bem como um lugar de afirmação da identidade e pertencimento étnicos. No entanto, eles devem trabalhar por meio de um currículo único que valorize o conhecimento tradicional dos povos indígenas e, a partir de suas realidades comunitárias e interações com outras sociedades, crie entendimentos transculturais com eles (MILHOMEM; MILHOMEM, 2020).





LEGISLAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Após a adoção da Constituição de 1988, que codificou os direitos dos povos indígenas, incluindo o direito de falar sua língua materna e o direito de usar seus próprios métodos de ensino na educação básica, um corpo substancial de lei extraconstitucional foi publicado para regular as ações na organização da educação indígena. Esta lei contém resoluções, decretos, diretrizes, precedentes e referências, conforme apresentado no quadro 1. (MENEZES; FAUSTINO; NOVAK, 2021)

Quadro 1 – Bases Legais Sobre a Educação Escolar Indígena

LEGISLAÇÃO	CARACTERÍSTICA
Constituição Federal de 1988.	Artigos 210 e 231.
Decreto n. 26/1991.	Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil.
Portaria Interministerial n. 559/1991.	Dispõe sobre a Educação Escolar para as populações indígenas.
Diretrizes Para a Política Nacional de Educação Escola Indígena/1993.	Este documento pretende informar sobre as atividades e programas desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto em relação ao atendimento educacional às comunidades indígenas
Lei 9394/1996. Diretrizes e Bases da Educação	Artigo 78 e 79.
Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)/1998	Disponibilizar informações a fim de que fosse elaborado programas de educação escolar que atendessem aos anseios e aos interesses dos povos indígenas, considerando os fundamentos da pluralidade cultural e da igualdade entre todos os brasileiros (BRASIL, 1998).

Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação.	A Câmara de Educação Básica organizou diretrizes curriculares para os diferentes níveis e modalidades de ensino, determinando a estrutura e funcionamento da escola indígena e propõe ações concretas em prol da Educação Escolar Indígena.
Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação	Fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.
Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10.172/2001.	Apresenta um capítulo sobre a Educação Escolar Indígena, dividido em três partes. Na primeira parte, encontra-se uma breve análise de como tem sido ofertado a educação escolar aos povos indígenas. Na segunda parte, são apresentadas as diretrizes para a Educação Escolar Indígena. E na terceira parte, são expostos os objetivos e metas que deverão ser atingidos a curto e a longo prazos
Referenciais para a Formação de Professores Indígenas/2002	Visava construir referenciais e orientações que possam nortear a tarefa de implantação permanente de programas de formação de professores indígenas, de modo que atendam às demandas das comunidades indígenas e às exigências legais de titulação do professorado em atuação nas escolas indígenas do país (BRASIL, 2002, p. 9).
Lei 11.645/2008.	Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Decreto 6.861/2009.	Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.
Lei nº 12.711/2012.	Dispõe sobre ações afirmativas para afrodescendentes e indígenas. Art. 6º.
Decreto 7747 de 05 de junho de 2012.	Institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas. Art. 4, VII, Eixo 7.
Resolução CEB/CNE n. 05/2012.	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Art. 14, parágrafos 3º. e 6º.
Portaria do Ministério da Educação MEC Nº 389, de 9 de maio de 2013.	Cria o Programa Nacional de Bolsa Permanência para estudantes de graduação ingressantes em universidades e institutos federais.
Portaria do Ministério da Educação GM/MEC nº 1.062, de 30 de outubro de 2013, institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais - PNTEE	Consiste em um conjunto articulado de ações de apoios técnico e financeiro do MEC aos sistemas de ensino, para a organização e o fortalecimento da Educação Escolar Indígena, conforme disposto no Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA BILÍNGUE E INTERCULTURAL

A autonomia das escolas indígenas é garantida por seus direitos constitucionais de trabalhar por uma educação que valorize sua cultura, língua, crenças, modos de vida comunitários, modos de ver o mundo, bem como sua relação com o mundo natural e a área geográfica da escola. Assim, a proposta pedagógica da escola deve ser pensada e desenvolvida a partir dessas realidades.

A proposta é a ferramenta que equilibra as necessidades da escola com os interesses da comunidade, levando em consideração questões internas e externas relacionadas à escola, com foco nos processos de aprendizagem dos povos indígenas em sua relação com a natureza, a preservação de suas culturas, bilinguismo, interculturalidade e contextualização de conteúdo.

(MILHOMEM; MILHOMEM, 2020).



FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO INDÍGENA

A fim de melhorar os processos de ensino e aprendizagem na educação escolar indígena, bem como a autonomia dessas populações, programas de licenciatura têm sido desenvolvidos e implementados no Brasil. Esses programas permitem que essas populações assumam o controle do processo de escolarização em suas comunidades.

O currículo de formação de professores indígenas deve ir além dos temas abordados em outras formas de ensino. Por isso, é preciso se destacar, ser dividido em unidades, temas ou áreas de conhecimento, e oferecer uma formação inicial ou continuada que aborde temas como "territorialidade, saberes e memórias indígenas, expressão cultural, desenvolvimento de lideranças, interculturalidade, e língua materna (bilinguismo/multilinguismo)". Além disso, é fundamental que os professores tenham acesso a dados sobre a realidade social do país para facilitar as discussões sobre a trajetória histórica de suas comunidades



(MENDONÇA; OLIVEIRA, 2020, p. 12).

MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS



Ainda que tenha havido avanços significativos no desenvolvimento da escolarização diferenciada dos povos indígenas no Brasil. É importante notar que continua sendo um grande desafio para esses professores a criação e disponibilização de livros e outros materiais didáticos específicos que garantam o acesso adequado ao conhecimento especializado que contêm. Isso é especialmente verdadeiro quando se trata da autonomia e participação ativa dos professores indígenas no processo de ensino e aprendizagem (TROQUEZ, 2019).

Diante da necessidade de se ter recursos para a aquisição de conhecimentos especializados que serão ensinados nas escolas, acredita-se que estes possam ser adquiridos por meios autênticos como bagagem cultural, vivências cotidianas, histórias familiares e outros elementos relacionados ao cotidiano dos alunos.

Desse modo, é necessário criar materiais didáticos e livros mais adaptados às realidades de cada grupo étnico ou população. Enfatiza-se, portanto, a importância de valorizar o conhecimento indígena como um componente valioso do chamado conhecimento universal, não apenas como conhecimento local (NASCIMENTO, 2018).

A TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Adotar uma educação na perspectiva da interculturalidade implica tornar o conhecimento de várias sociedades e normas sociais acessíveis aos alunos, desconstruir discursos racistas e ajudar os alunos a entender que todos somos moldados pela variedade de encontros históricos uns com os outros.

Nesse contexto, entende-se que a inserção da temática indígena na escola, através da implementação da Lei n. 11.645/2008, possibilita "contribuir com a eliminação dos preconceitos, cabendo aos professores não indígenas sensibilizarem-se com a questão indígena e apropriarem-se da temática de maneira satisfatória" (BUSOLLI; LAROQUE, 2018, p. 40).

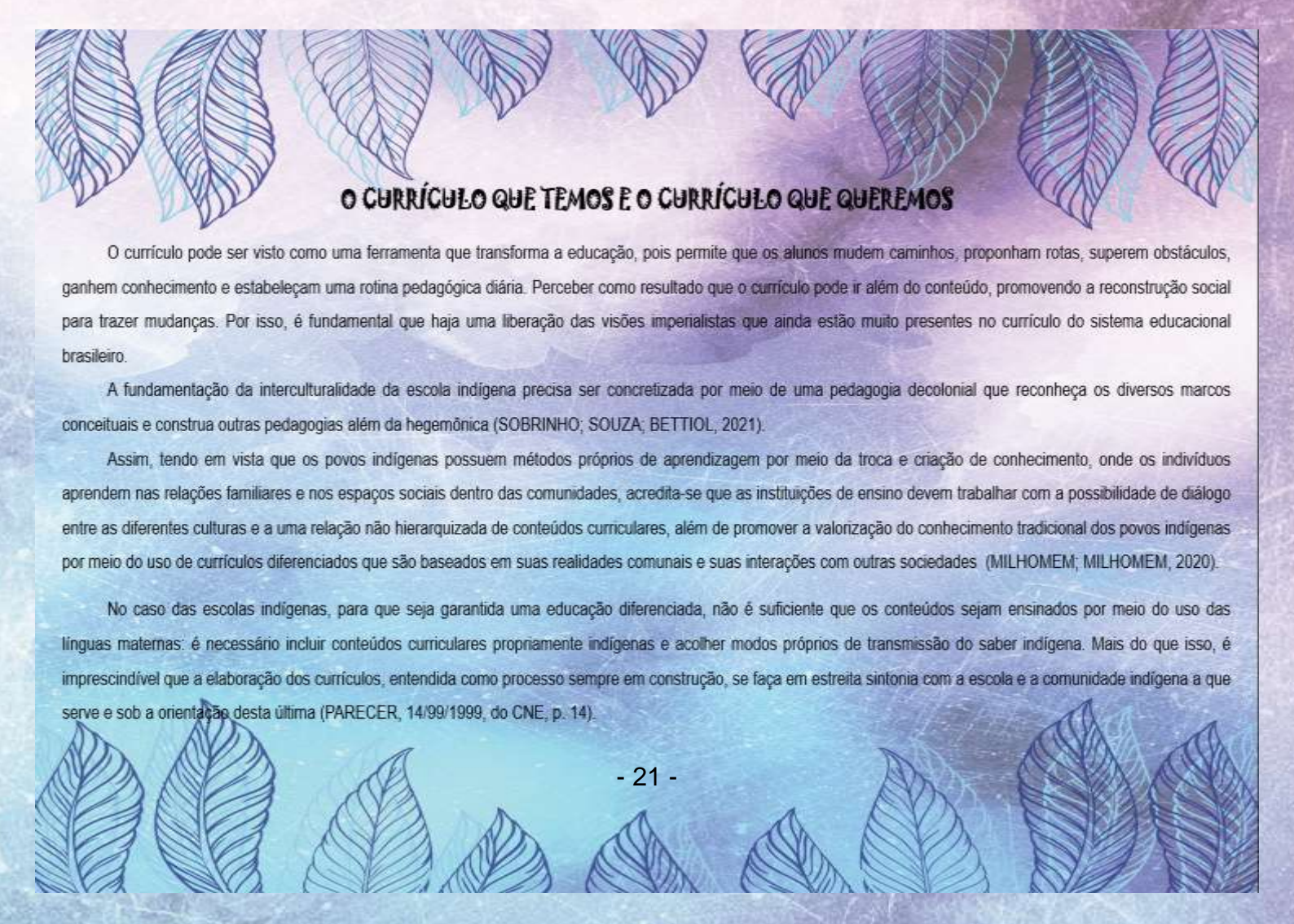


HISTÓRIA E DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no contexto de um documento normativo que define o conjunto de conhecimentos orgânicos e progressivos essenciais à educação brasileira, publicou as definições da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/ 08, e advertiu as escolas a incorporarem as propostas em seus currículos, preferencialmente de forma transversal e integradora (SILVA; FERREIRA, 2021).

Em sua totalidade, a história indígena é estudada do quarto ao nono anos, conforme consta no documento: "A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil" (BRASIL, 2018, p. 399). A aceção da história desses grupos humanos está na capacidade dos alunos de compreender o significado das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, de se comprometer com elas e de reconhecer que existem outras fontes de produção, circulação e transmissão que podem entrar em conflito com aquelas consideradas adequadas nos espaços formais de produção de conhecimento (BRASIL, 2018).





O CURRÍCULO QUE TEMOS E O CURRÍCULO QUE QUEREMOS

O currículo pode ser visto como uma ferramenta que transforma a educação, pois permite que os alunos mudem caminhos, proponham rotas, superem obstáculos, ganhem conhecimento e estabeleçam uma rotina pedagógica diária. Perceber como resultado que o currículo pode ir além do conteúdo, promovendo a reconstrução social para trazer mudanças. Por isso, é fundamental que haja uma liberação das visões imperialistas que ainda estão muito presentes no currículo do sistema educacional brasileiro.

A fundamentação da interculturalidade da escola indígena precisa ser concretizada por meio de uma pedagogia decolonial que reconheça os diversos marcos conceituais e construa outras pedagogias além da hegemônica (SOBRINHO; SOUZA; BETTIOL, 2021).

Assim, tendo em vista que os povos indígenas possuem métodos próprios de aprendizagem por meio da troca e criação de conhecimento, onde os indivíduos aprendem nas relações familiares e nos espaços sociais dentro das comunidades, acredita-se que as instituições de ensino devem trabalhar com a possibilidade de diálogo entre as diferentes culturas e a uma relação não hierarquizada de conteúdos curriculares, além de promover a valorização do conhecimento tradicional dos povos indígenas por meio do uso de currículos diferenciados que são baseados em suas realidades comunitárias e suas interações com outras sociedades (MILHOMEM; MILHOMEM, 2020).

No caso das escolas indígenas, para que seja garantida uma educação diferenciada, não é suficiente que os conteúdos sejam ensinados por meio do uso das línguas maternas: é necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e acolher modos próprios de transmissão do saber indígena. Mais do que isso, é imprescindível que a elaboração dos currículos, entendida como processo sempre em construção, se faça em estreita sintonia com a escola e a comunidade indígena a que serve e sob a orientação desta última (PARECER, 14/99/1999, do CNE, p. 14).

A HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA A SER ENSINADA NAS ESCOLAS

Os indígenas no Brasil, que somam mais de 900 mil pessoas, 305 etnias e 274 idiomas, são completamente desconhecidos pela maioria dos brasileiros, pois, embora tenham conquistado direitos, garantidos pela legislação, sua invisibilidade permanece, "ao terem sua existência histórica reduzida ao momento inicial da colonização portuguesa, ao serem destituídos da condição de sujeitos históricos e de sua historicidade" (ALMEIDA NETO, 2015).

A história da educação indígena tem mostrado que não basta ter leis e discursos de boas intenções, são necessárias ações governamentais nas três esferas, garantindo a implementação de políticas públicas, capazes de romper com a situação de subordinação à qual se encontram a maioria das populações indígenas.

Diante disso, é necessário refletir sobre o papel que esse tema tem tido nas atividades em sala de aula. Com isso, torna-se essencial que os educadores tenham conhecimento bem as comunidades indígenas em que atuam, a fim de estimular em seus alunos a desconstrução de estereótipos e percepções distorcidas que ainda existem sobre os povos indígenas e, assim, ajudar a garantir que suas histórias e culturas sejam reconhecidas, valorizadas e respeitadas.



SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Os educadores frequentemente se perguntam como trabalhar os temas indígenas em salas de aula. Esta pergunta não tem uma resposta única e direta porque envolve um assunto muito vasto e complexo. Neste guia, preferimos oferecer algumas sugestões de temas, reiterando a necessidade de cada educador encontrar recursos e temas adicionais que possam complementar nossas dicas.

Assim, consideramos alguns temas que podem facilitar o trabalho pedagógico. São eles:

❖ Jogos e Brincadeiras



❖ Grafismos e pinturas corporais



Obras de autores indígenas:

Ajuda do saci - Kamba i. Olivio Jekupé. Ilustração Rodrigo Abraham. São Paulo: DCL, 2006.

Antologia de contos indígenas de ensinamento: tempo de histórias. Daniel Munduruku. Ilustração, organização e apresentação Heloisa Prieto. São Paulo: Salamandra, 2005. (Coleção Lendo & relendo)

A árvore de carne. Yaguare Yamã e Lia Minapoty. Ilustração Mariana Newlands. São Paulo: Ed. Tordesilhinhas, 2011

A árvore da vida. Roni Wasiry Guarã. Ilustração Andréa Ebert. São Paulo: Ed. Leya, 2014.

Aventuras do menino Kawã. Elias Yaguakãg. Ilustração Elias Yaguakãg. São Paulo: Ed. FTD, 2010.

O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira Daniel Munduruku. São Paulo: Global, 2010.

A boca da noite. Cristino Wapichana. Ilustração Graça Lima. Rio de Janeiro: ZIT, 2016.

O cão e o curumim. Cristino Wapichana. Ilustração Taísa Borges. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

A cidade das águas profundas. Marcelo Manhuari Munduruku. Ilustração Anielizabeth. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

Contos dos curumins Guaranis. Jeguaká Mirim e Tupã Mirim. Ilustração Geraldo Valério. São Paulo: FTD, 2014.

Com a noite veio o sono. Lia Minapoty. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Leya, 2011.

Curuminze. Tiago Hakiy. Ilustração Taísa Borges. São Paulo: Ed. Leya, 2015.



Caçadores de aventuras. Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2006.

O caçador de histórias. Yaguarê Yamã. Ilustração Yaguarê Yamã e Frank Bentes. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

O caso da cobra que foi pega pelos pés. Wasiry Guarã. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007. 24p.

Catando piolhos, contando histórias. Daniel Munduruku. Ilustração Matê. São Paulo: Brinque-Book, 2006.

O coco que guardava a noite. Eliane Potiguara. Ilustração Suryara Bernardi. São Paulo: Mundo Mirim, 2012.

O canto do Urirapuru. Tiago Hakiy. Ilustração Taisa Borges. Belo Horizonte: Formato, 2015.

Coisas de Índio. Daniel Munduruku. Vários ilustradores. Projeto gráfico Nelson de Oliveira. São Paulo: Callis, 2000.

Coisas de Índio: versão infantil. Daniel Munduruku. Ilustração Camila Mesquita. São Paulo: Callis, 2003.

Coisas de onça. Daniel Munduruku. Ilustração Ciça Fittipaldi. São Paulo: Mercuryo Jovem, 2011. 40 p.


Como surgiu – Mitos Indígenas: Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis, 2011.

Contos indígenas brasileiros. Daniel Munduruku. Ilustração Rogério Borges. São Paulo: Global, 2004.

Coração na aldeia, pés no mundo. Auritha Tabajara. Xilogravuras: Regina Drozina. SP: Uka Editorial, 2018.

Crônicas de São Paulo: um olhar indígena. Daniel Munduruku. São Paulo: Callis, 2004.





SUGESTÃO DE OBRAS

Se fizermos uma busca minuciosa no mercado editorial, descobriremos que há muito material disponível porque há livros de autores indígenas e não indígenas para todos os gostos, idades e séries educacionais. Sugerimos uma lista com títulos disponíveis que incluam os temas listados acima para facilitar essa busca. Além disso, recomendamos uma bibliografia que os educadores precisam acessar para se manterem atualizados e para que seu trabalho seja bem-sucedido e excelente.

É importante ter em mente que há uma quantidade substancial de acessos disponíveis nas salas de leitura e bibliotecas distribuídas nas redes de ensino municipal e estadual. Essa abordagem pode ser usada a qualquer momento, mas tenha cuidado e faça uma leitura preliminar para verificar possíveis inconsistências.

❖ Narrativas (contação de histórias)




❖ **Cultura Material**



❖ Músicas e Danças

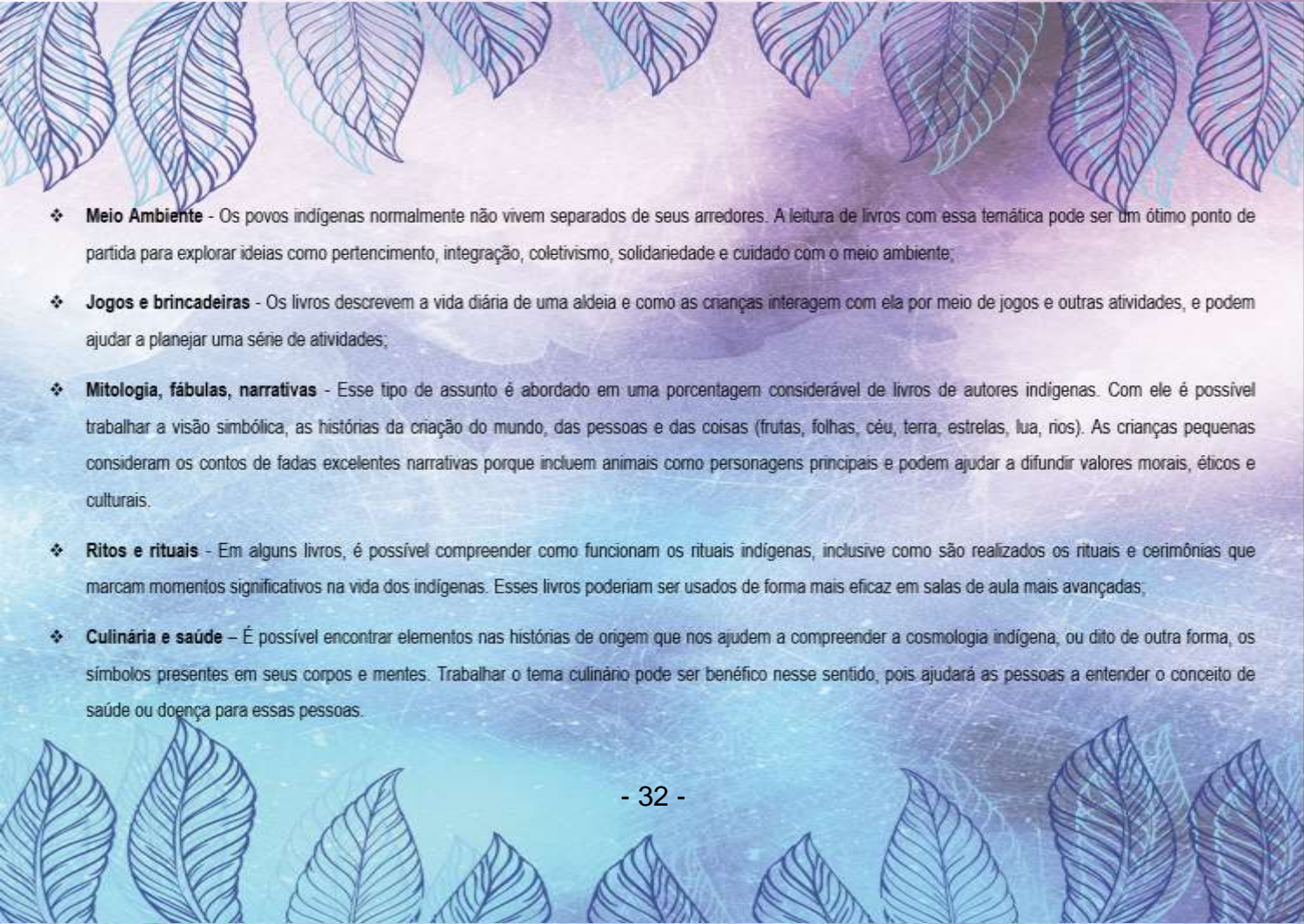


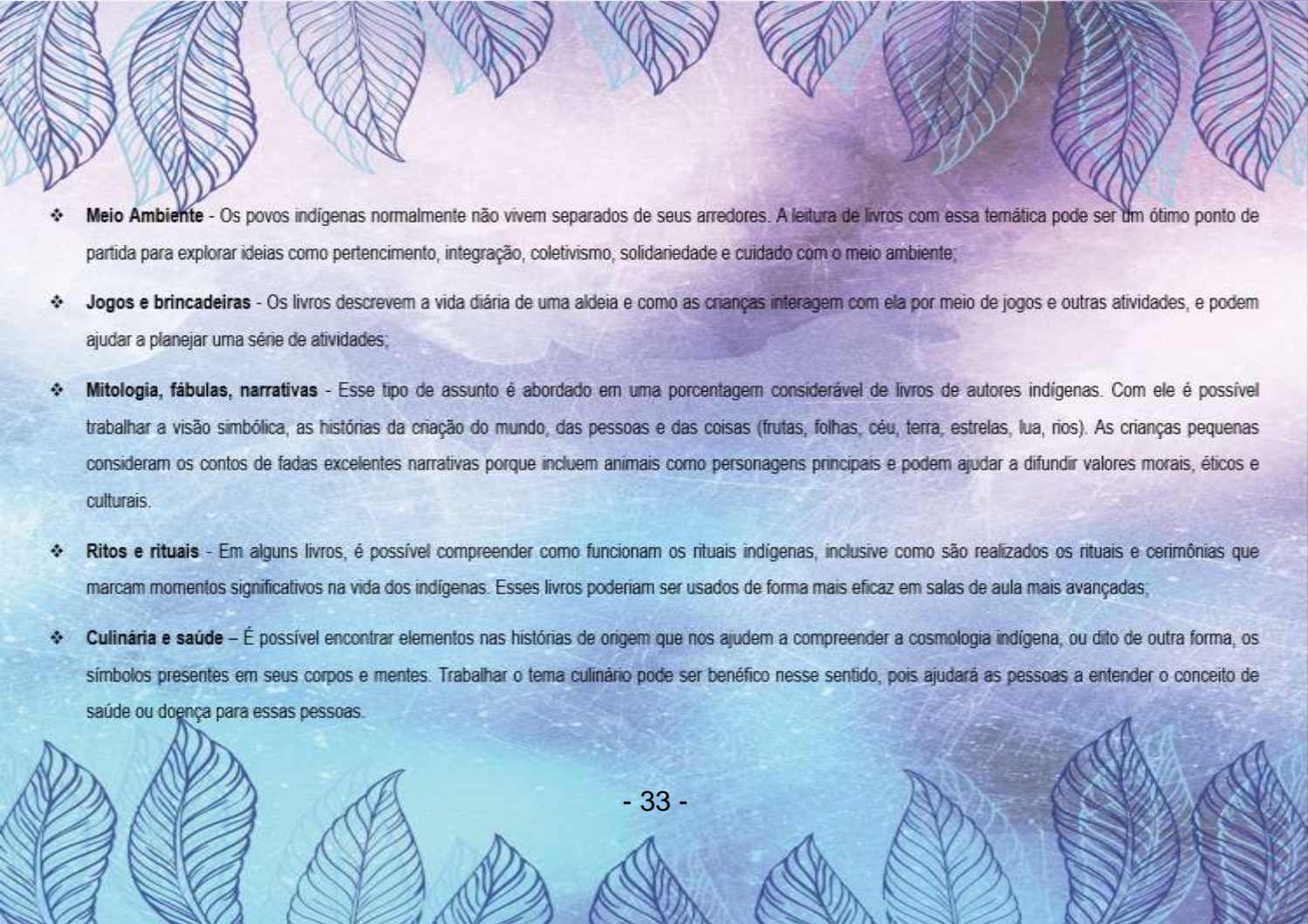



TRABALHANDO COM A LITERATURA INDÍGENA E NÃO INDÍGENA

Deixamos este último tópico para o final porque, apesar de darmos aos educadores a tarefa de se adequarem de acordo com suas necessidades, projetos pedagógicos e objetivos educacionais, acreditamos que a literatura indígena é o principal suporte para o processo que estamos propondo.

- ❖ **Papeis sociais** - O cotidiano vivenciado pelos indígenas nas aldeias é quase frequentemente retratado em livros numa tentativa de evidenciar os vários papéis sociais que aí se praticam. O papel de cada pessoa nessa estrutura ajuda a organizar diversas atividades, resultando em divisão de trabalho, realização de serviços comunitários e relações interpessoais mais harmoniosas;
- ❖ **Velhos, idosos, sábios** – As palavras dos membros mais antigos das sociedades indígenas são frequentemente encontradas em livros. O tratamento das avós é realmente único em quase todos esses livros. Isso possibilitará a discussão de questões como a interação intergeracional e o significado disso para o desenvolvimento humano das crianças;
- ❖ **Outras versões da história** - É sempre bom dar às crianças e aos jovens versões alternativas da história. Isso ajuda a desenvolver uma consciência mais urbana e participativa. Alguns livros de autores indígenas possuem um pequeno número desses versos que podem ser discutidos, principalmente entre os alunos de nível superior.

- 
- ❖ **Meio Ambiente** - Os povos indígenas normalmente não vivem separados de seus arredores. A leitura de livros com essa temática pode ser um ótimo ponto de partida para explorar ideias como pertencimento, integração, coletivismo, solidariedade e cuidado com o meio ambiente;
 - ❖ **Jogos e brincadeiras** - Os livros descrevem a vida diária de uma aldeia e como as crianças interagem com ela por meio de jogos e outras atividades, e podem ajudar a planejar uma série de atividades;
 - ❖ **Mitologia, fábulas, narrativas** - Esse tipo de assunto é abordado em uma porcentagem considerável de livros de autores indígenas. Com ele é possível trabalhar a visão simbólica, as histórias da criação do mundo, das pessoas e das coisas (frutas, folhas, céu, terra, estrelas, lua, rios). As crianças pequenas consideram os contos de fadas excelentes narrativas porque incluem animais como personagens principais e podem ajudar a difundir valores morais, éticos e culturais.
 - ❖ **Ritos e rituais** - Em alguns livros, é possível compreender como funcionam os rituais indígenas, inclusive como são realizados os rituais e cerimônias que marcam momentos significativos na vida dos indígenas. Esses livros poderiam ser usados de forma mais eficaz em salas de aula mais avançadas;
 - ❖ **Culinária e saúde** - É possível encontrar elementos nas histórias de origem que nos ajudem a compreender a cosmologia indígena, ou dito de outra forma, os símbolos presentes em seus corpos e mentes. Trabalhar o tema culinário pode ser benéfico nesse sentido, pois ajudará as pessoas a entender o conceito de saúde ou doença para essas pessoas.

- 
- ❖ **Meio Ambiente** - Os povos indígenas normalmente não vivem separados de seus arredores. A leitura de livros com essa temática pode ser um ótimo ponto de partida para explorar ideias como pertencimento, integração, coletivismo, solidariedade e cuidado com o meio ambiente;
 - ❖ **Jogos e brincadeiras** - Os livros descrevem a vida diária de uma aldeia e como as crianças interagem com ela por meio de jogos e outras atividades, e podem ajudar a planejar uma série de atividades;
 - ❖ **Mitologia, fábulas, narrativas** - Esse tipo de assunto é abordado em uma porcentagem considerável de livros de autores indígenas. Com ele é possível trabalhar a visão simbólica, as histórias da criação do mundo, das pessoas e das coisas (frutas, folhas, céu, terra, estrelas, lua, rios). As crianças pequenas consideram os contos de fadas excelentes narrativas porque incluem animais como personagens principais e podem ajudar a difundir valores morais, éticos e culturais.
 - ❖ **Ritos e rituais** - Em alguns livros, é possível compreender como funcionam os rituais indígenas, inclusive como são realizados os rituais e cerimônias que marcam momentos significativos na vida dos indígenas. Esses livros poderiam ser usados de forma mais eficaz em salas de aula mais avançadas;
 - ❖ **Culinária e saúde** - É possível encontrar elementos nas histórias de origem que nos ajudem a compreender a cosmologia indígena, ou dito de outra forma, os símbolos presentes em seus corpos e mentes. Trabalhar o tema culinário pode ser benéfico nesse sentido, pois ajudará as pessoas a entender o conceito de saúde ou doença para essas pessoas.



TRABALHANDO COM A LITERATURA INDÍGENA E NÃO INDÍGENA

Deixamos este último tópico para o final porque, apesar de darmos aos educadores a tarefa de se adequarem de acordo com suas necessidades, projetos pedagógicos e objetivos educacionais, acreditamos que a literatura indígena é o principal suporte para o processo que estamos propondo.

- ❖ **Papeis sociais** - O cotidiano vivenciado pelos indígenas nas aldeias é quase frequentemente retratado em livros numa tentativa de evidenciar os vários papéis sociais que aí se praticam. O papel de cada pessoa nessa estrutura ajuda a organizar diversas atividades, resultando em divisão de trabalho, realização de serviços comunitários e relações interpessoais mais harmoniosas;
- ❖ **Velhos, idosos, sábios** – As palavras dos membros mais antigos das sociedades indígenas são frequentemente encontradas em livros. O tratamento das avós é realmente único em quase todos esses livros. Isso possibilitará a discussão de questões como a interação intergeracional e o significado disso para o desenvolvimento humano das crianças;
- ❖ **Outras versões da história** - É sempre bom dar às crianças e aos jovens versões alternativas da história. Isso ajuda a desenvolver uma consciência mais urbana e participativa. Alguns livros de autores indígenas possuem um pequeno número desses versos que podem ser discutidos, principalmente entre os alunos de nível superior.

❖ Narrativas (contação de histórias)



❖ **Cultura Material**



❖ Músicas e Danças



Estrela Kaingang – A lenda do primeiro Pajé. Vangri Kaingang. Ilustração Catarina Bessel. São Paulo: Biruta, 2016.

As fabulosas fábulas de Iauaretê. Kaká Werá Jecupé. São Paulo: Peirópolis, 2007.

Guainê derrota a Cobra Grande. Tiago Hakiy. Ilustração Maurício Negro. Minas Gerais: Autêntica, 2013.

Histórias de índio. Daniel Munduruku. Ilustração Laurabeatriz. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

Histórias que ouvi e gosto de contar. Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis, 2004.

Histórias que eu vivi e gosto de contar Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis,

2007 Histórias que eu li e gosto de contar. Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis, 2011

Histórias tuyuka de rir e de assustar. Associação Escola Indígena Utapinozona Tuyuka. São Paulo: ISA / Associação Escola Indígena Utapinozona Tuyuka, 2004.

Historinhas Marupiaras Elias Yaguakãg. São Paulo: Mercuryo Jovem, 2011.

O homem que roubava horas. Daniel Munduruku. Ilustração Janaina Tokitaka. São Paulo: Brinquê-Book, 2007.

Iarandu: o cão falante. Olívio Jekupé. Ilustração Olavo Ricardo. São Paulo: Peirópolis, 2002. (Coleção Palavra de índio)

Ipati – o curumim da selva. Ely Makuxi. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Paulinas, 2011

Irakisu: o menino criador. René Kithãulu. Ilustração René Kithãulu; crianças Nambikwara. São Paulo: Peirópolis, 2002. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Nambikwara)

Jóty – O Tamanduá. Vangri Kaingang e Maurício Negro. São Paulo: Biruta, 2010.

Kabá Darebu. Daniel Munduruku. Ilustração Maté. São Paulo: Brinque-Book, 2002.

O Karaíba. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

Kurumi Guaré no coração da Amazônia. Yaguareë Yamã. São Paulo: Editora FTD, 2007.

O livro das árvores. Jussara Gomes Gruber (org.). Vários ilustradores. São Paulo: Global, 2000.

Lua menina e o menino onça. Lia Minapoty. Ilustração Suryara Bernardi Belo Horizonte: RHJ, 2014.

O machado, a abelha e o rio. Kanátyo Pataxó. Ilustração Werimehe Pataxó. Brasília: MEC, 2005.

Massacre indígena guarani – Juruá revê nhande kuery joguero a ágüe. Luiz Karai. Ilustração Rodrigo Abraham. São Paulo: DCL, 2006.

O menino e o pardal. Daniel Munduruku. Ilustração Cecília Rébora. São Paulo: Callis, 2007.

Memórias de Índio – uma quase autobiografia. Daniel Munduruku. Ilustração Rita Carelli Poá: EDELBRA, 2016.

Meu lugar no mundo. Sulami Katy. Ilustração Fernando Vilela São Paulo: Ática, 2005.

Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória. Daniel Munduruku. Ilustração Rogério Borges. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Mitologia Tariana. Ismael Tariano. Manaus: Valer Editora, 2002.

O mistério da estrela vésper Daniel Munduruku. São Paulo: Leya, 2014.

Mondagará – a traição dos encantados. Roni Wasiry Guará. Ilustração Janaina Tokitaka. São Paulo: Formato, 2011

A mulher que virou Urutau. Jerá Giselda, Olívio Jekupé e Maria Kerexu. São Paulo: Panda Books.

Murugawa: mitos, histórias e fábulas do Povo Maraguá. Yaguarê Yamã. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2007.

Nós somos apenas filhos. Sulami Katy. Ilustração Maurício Negro. Rio de Janeiro: Zit, 2012.

A onça e o fogo. Cristino Wapichana. Ilustração Helton Faustino. São Paulo: Manole, 2009.

A oncinha Lili. Cristino Wapichana. Ilustração Águeda Honr. Brasília: Edebê, 2014.

O olho da águia Daniel Munduruku. São Paulo: Leya, 2013.

O onça. Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2006.

Outras tantas histórias de origem das coisas e do universo. Daniel Munduruku. Ilustração Mauricio Negro. São Paulo: Global Editora, 2008.

A palavra do Grande Chefe. Daniel Munduruku. Ilustração Mauricio Negro. São Paulo: Global Editora, 2008.

Parece que foi ontem. Daniel Munduruku. Ilustração Mauricio Negro. São Paulo: Global, 2006

O pássaro encantado. Eliane Potiguara. Ilustração Aline Abreu São Paulo: Jujuba, 2015.

A pescaria do curumim e outros poemas indígenas. Tiago Hakiy. Ilustração Taísa Borges. São Paulo: Panda Books, 2015.

O povo Pataxó e suas histórias. Angthichay Pataxó (Vanusa Braz da Conceição) et al. Ilustração Arariby Pataxó (Antonio A. Silva) e Manguadã Pataxó (Valmores Conceição Silva). São Paulo: Global, 1997.

Povo Tukano. Cultura, história e valores. (Série autores indígenas). Gabriel dos Santos Gentil. Manaus: EDUA, 2005.

A primeira estrela que vejo é a estrela do meu desejo e outros contos indígenas de amor. Daniel

Munduruku. Ilustração Mauricio Negro. São Paulo: Global, 2007.

Puratig: o remo sagrado. Yaguarê Yamã. Ilustração Yaguarê Yamã; crianças Satarê Mawé; Queila da Glória. São Paulo: Peirópolis, 2001. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Saterê Mawé)

O segredo da chuva. Daniel Munduruku. Ilustração Marilda Castanha. São Paulo: Ática, 2003.

Sabedoria das águas. Daniel Munduruku. Ilustração Fernando Vilela. São Paulo: Global, 2004.

Sapatos trocados – como o tatu ganhou suas grandes garras. Cristino Wapichana. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Paulinas, 2014.

Sehaypóri - O livro sagrado do Povo Saterê-Mawé. Yaguarê Yamã. São Paulo: Peirópolis, 2007.

As serpentes que roubaram a noite e outros mitos. Daniel Munduruku. Ilustração Crianças Munduruku da aldeia Katõ. São Paulo: Peirópolis, 2001. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Munduruku)

Shenipabu Miyui. História dos antigos. Comissão dos professores indígenas do Acre. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

O sinal do pajé. Daniel Munduruku. Ilustração Taisa Borges. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2010.

O sonho que não parecia sonho. Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2006.

O sonho de Borum. Edson Krenak. Ilustração Maurício Negro. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

O sumiço da noite. Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2007.

Tainaly, uma menina Maraguá. Lia Minapoty. Ilustração Laurabeatriz. São Paulo: Positivo, 2014.

Tekoa – conhecendo uma aldeia indígena. Olívio Jekupé. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Global, 2011.

Ore awé roiru a ma - todas as vezes que dissemos adeus. Kaká Werá Jecupé. São Paulo: Triom, 2002.

O trovão e o vento: um caminho de evolução pelo xamanismo tupi-guarani. Kaká Werá. São Paulo: Polar / Instituto Arapoty, 2016.

Tupã Tenondé. Kaká Werá Jekupé. São Paulo: Peirópolis, 2003.

Txopai e Itôhã, história contada por Apinhaera Pataxó. Kanátyo Pataxó. Ilustração Kanátyo Pataxó. Belo Horizonte: Formato, 2000.

Tykuã e a origem da anunciação. Elias Yaguakäg. Ilustração João Kammal. RJ: Rovellet, 2014.

Um estranho sonho de futuro: casos de índio. Daniel Munduruku. Ilustração Andrés Sandoval. São Paulo: FTD, 2004.

Urutopiag. A religião dos pajés e dos espíritos da selva. Yaguare Yamã. São Paulo: IBRASA, 2005.

Verá: o contador de histórias. Olívio Jekupé. Ilustração Crianças Guarani. Daniel Munduruku (coord.). São Paulo: Peirópolis, 2003. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Guarani)

Vida do sol na Terra. Verá Kanguá e Papa Miri Poty. São Paulo: Edit. Anhembi Morumbi.

Xerekó Arandu: a morte de Kretã. Olívio Jekupé. Ilustração Maté. São Paulo: Peirópolis, 2002.

Wahtirã – a lagoa dos mortos. Jaime Diakara e Daniel Munduruku. Ilustração Maurício Negro. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Caiçú Indé – o primeiro grande amor do mundo. Roni Wasiry Guará. Manaus: Valer Editora, 2011.

Olho d'água: o caminho dos sonhos. Roni Wasiry Guará. Ilustração Walther Moreira Santos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Obras sobre a temática indígena escritas por não indígenas:

A árvore de Tamorumu. Ana Luisa Lacombe. Ilustração Fernando Vilela. São Paulo: Formato, 2013

Ceiuci – a velha gulosa. Maria Inez do Espírito Santo, Taisa Borges. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2013

Histórias do Xingu. Claudio e Orlando Villas Bôas. Ilustração Rosinha. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2013.

Histórias de verdade. Aracy Lopes da Silva e Carolina Young. São Paulo: Global, 2008. Histórias da terra e do céu – lendas indígenas do Brasil.

Douglas Tufano. Ilustração Rogério Borges. São Paulo: Moderna, 2014.

Histórias indígenas dos tempos antigos. Pedro Cesarino. Ilustração Zé Vicente. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

A lenda da Paxiúba. Terezinha Éboli. Ilustração Graça Lima. São Paulo: Ediouro, 2000.

Por dentro do escuro – mitos do povo Xavante. Arthur Shaker. Ilustração Cynthia Cruttenden. São Paulo: Global, 2011.

Pindorama – terra das palmeiras. Marilda Castanha. São Paulo: CosacNaify, 2007.

Pororoça, pipoca, paca e outras palavras do tupi. Marcos Bagno e Orlene Lucia S. Carvalho. São Paulo: Parábola, 2014.

Queno-Curumim. José Américo de Lima/Demóstenes Vargas. Minas Gerais: Formato, 1994.

O que é, o que é? – o pajé e as crianças numa aldeia Guarani. Luis Donisete Benzi Grupioni. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Moderna, 2014.

Rumos de um pequeno Guarani. Mathias Townsend. São Paulo: Elementar, 2016.

Tem Tupi na oca e em quase tudo que se toca. Walther Moreira Santos. Minas Gerais: Autentica, 2011.

Yrajang – a canoa encantada. Nancy Caruso Ventura e Ninete Aparecida Rocha. Ilustração

Roberta Carvalho. São Paulo: Noovha America, 2006.

Vozes da floresta – lendas indígenas Celso Sisto. Ilustração Mateus Rios. São Paulo: Cortez, 2011.

Xondaro. Vitor Flynn Paciornik. São Paulo: Elefante, 2016.

Metade cara, metade máscara. Eliane Potiguara. 2. ed. São Paulo: Editorial UK'a, 2018.

História indígena na sala de aula. Adriano Toledo Paiva. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Histórias e culturas indígenas na educação básica. Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M da Costa. Belo Horizonte: Autentica, 2018.

Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque. Janice Thiél. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

Trilhas literárias indígenas para a sala de aula. Sueli de Souza Cagneti e Alcione Pauli. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

Indígenas no Brasil: demandas dos povos e percepções da opinião pública. Gustavo Venturi e

Vila Bokany (orgs.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

Nossa sociedade brasileira é plural. Para começarmos a avançar na preservação da nossa identidade brasileira, esta é uma afirmação inquestionavelmente verdadeira que deve ser repetida sem cessar.

Ser plural significa aceitar nossa diversidade e conviver com ela com orgulho. Significa também sentir-se parte da história que está sendo escrita por cada brasileiro, independentemente de onde veio ou se adotou crianças aqui.

Ser plural é reconhecer nossa diversidade inata pelo nome e não pela fragilidade de uma denominação que denigre ao invés de exaltar a experiência humana que ela traz.

Ser plural significa olhar para dentro de nós mesmos; significa descobrir e admitir que somos mais do que apenas uma afirmação. Significa perceber que somos a prova de uma nova raça humana, que já nasce capaz de conviver com os vários mundos que chamam nosso país de lar.

Este sempre foi o objetivo do trabalho que atualmente está em suas mãos, educadores. Ele quer ser um manual de treinamento para os olhos e para o coração. Servir como ferramenta de humanização das pessoas. Quero ser uma semente no desenvolvimento de uma cidade de gente que se olha com o respeito que cada pessoa merece. O objetivo principal é ser o início de uma nova nação que aceite seu chamado para a felicidade.

Essa é a esperança que nos sustenta como educadores, como indígenas e como seres humanos. Ser educador significa ter fé na humanidade; significa nunca desistir, lutar, insistir e recomeçar.

Esperamos que este conteúdo cumpra seu propósito de nutrir nossa fé no que cada pessoa possui de humano.

(Adaptação do texto Para Treinar Olhos e Corações de *Daniel Munduruku e Cristino Wapichana*, 2019).

CONCLUSÃO

Um estudo cuidadoso da efetivação do currículo na escola indígena revela que quando se fala em formação humana, e em incluir cultura na escola, não se está falando em algo totalmente novo no processo de escolarização. Nesse sentido, ao tratar sobre a temática e as mudanças necessárias, logo emerge a importância da interdisciplinaridade, que o professor pode inserir em sua forma de pensar e agir diante de suas práticas pedagógicas.

Para isso, conforme apresentado neste estudo, é necessário compreender e refletir sobre as aplicações acadêmicas da Lei n.11.645/08 que alterou a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, já alterada pela Lei n. 10639 de 09 de janeiro de 2003 no espaço educativo. A partir desse marco legal, levar-se-á em consideração os valores culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas, promovendo assim momentos de resgates das diversidades culturais.

O presente estudo mostrou que a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/96 conseguiram avanços na área legal, mas se entregou o poder de gerenciamento dessas políticas para os estados e municípios, sem que tivessem sido criados mecanismos que assegurassem certa uniformidade de ações, e que garantissem a especificidade destas escolas. Desse modo, o currículo escolar indígena continuou ultrapassado, não havendo compromisso por parte do governo com a adoção de inovações e mudanças, essenciais à educação.

Embora a origem da educação escolar indígena tenha como base a cultura de um povo, ela precisa ser repensada no contexto de conflitos entre políticas públicas que são implementadas e contrariam as políticas internas dessas comunidades.

A história da educação indígena tem mostrado que não basta ter leis e discursos de boas intenções, são necessárias ações governamentais nas três esferas, garantido a implementação de políticas públicas, capazes de romper com a situação de subordinação à qual se encontram a maioria das populações indígenas, que vêm manifestando sua indignação.

A educação escolar indígena, almejada por muitos povos indígenas, que veem na educação, um instrumento de luta e valorização de sua cultura, ainda não venceu os desafios de superar o descompasso entre os governos Federal, Estadual e municipal e a distância existente entre a legislação e as políticas implementadas.

Faz-se necessário assegurar a plena participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento das suas escolas, garantindo-lhes a autonomia proclamada nas leis, tanto no que se refere ao projeto pedagógico, quanto ao emprego dos recursos destinados a essas escolas. Autonomia, portanto, não significa omissão dos órgãos oficiais sobre a educação indígena; ao contrário, deve viabilizar condições para a implementação da proposta e deve expressar o acordo coletivamente firmado entre as diversas esferas do poder público e as escolas indígenas.

No presente estudo, observou, portanto, que o currículo deve ser orientado para a diversidade, na sala de aula, oportunizando aos envolvidos a troca de experiências e o crescimento de todos. Nesse sentido, a constituição de uma nova proposta curricular e suas adequações à educação indígena, precisa considerar a realidade vivenciada pelos povos em seu processo de resistência e luta sobrevivência.

Nesta perspectiva, esse trabalho sinaliza para a necessidade de despertar a consciência da interdisciplinaridade no contexto escolar, em especial a adaptação curricular para contemplar a Lei n.11.645/08. O trabalho com a diversidade na sala de aula oportuniza os envolvidos a troca de experiências e o crescimento de todos. Para tanto, se faz necessário trabalhos dessa natureza que poderão auxiliar ideias tanto teóricas quanto voltadas às práticas de profissionais dessas áreas.

Nesse sentido, é possível inferir que a ideia de formação de professores indígenas ganhou força nos últimos anos a partir da conscientização sobre a importância da boa qualificação desses profissionais, o que os capacitaria a desempenhar um papel significativo nas comunidades indígenas.

No entanto, embora a importância dessa boa educação seja reconhecida há muito tempo, está ficando claro que as tarefas atribuídas aos professores extrapolam os limites da sala de aula, colocando o ônus de muitas outras tarefas sobre o professor indígena, como traduzir, criar gráficos e produção de materiais educativos, entre outras coisas.

Ressalta-se que é fundamental pensar a educação escolar indígena na dimensão do resgate da alteridade tão importante à constituição de nossa humanidade em geral. Por alteridade, se deve compreender a aceitação e o reconhecimento do outro como igual, mesmo com as diferenças sociais, culturais e étnicas estabelecidas. Isso significa dizer que, no caso dos povos indígenas, a participação das comunidades nas definições a respeito de seus projetos políticos pedagógicos não é um lucro de povos pretensamente civilizados, mas um direito legalmente instituído e que deve ser reconhecido e colocado em prática.

Assim, na medida em que cria oportunidades para a transformação de conquistados em conquistadores, bem como para o desenvolvimento de sujeitos politicamente ativos e usuários de ferramentas, a educação que enfatiza o respeito à autonomia individual triunfa sobre a dominação e a conquista. Ao mesmo tempo, sua formulação intercultural e bilíngue reflete o desejo das comunidades de se engajar ativamente nas sociedades que lhes são próximas e nas quais são marginalizadas como sociedades minoritárias.

Com isso, um dos grandes desafios da educação contemporânea é desenvolver propostas curriculares que levem em conta as características distintivas da realidade social em que os alunos estão inseridos. Adquirir o diferente, o plural, resulta no desconforto de ter que redefinir posições que foram arbitrariamente assumidas em função dos papéis e espaços sociais que ocupamos.

A fundamentação da interculturalidade da escola indígena precisa ser realizada por meio de uma pedagogia decolonial que reconheça os diversos marcos conceituais e construa outras pedagogias além da hegemônica. Uma escola nativa, criada neste momento, oferece a possibilidade de diálogo entre muitas culturas e uma relação não hierárquica com os materiais curriculares.

Assim, desenvolver um currículo para a educação articulado aos saberes dos professores indígenas exige abrir mão das visões do colonialismo que dependem da ideia do mundo como fonte comum de conhecimento. O pensamento decolonial nos convida a abandonar nossas convicções e a dissociar-nos dos dogmas imperialistas do currículo eurocêntrico, ao mesmo tempo em que nos abre um número infinito de possibilidades para pensar e produzir conhecimento em conexão com as escolas indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. D. **Convergências entre currículo e tecnologias**. Curitiba: Intersaberes, 2019. (Série Processos Educacionais).

ALMEIDA, W. A.; CABRAL, R. G. C. Formação de professores do campo e de professores indígenas: entre avanços e retrocessos, diálogo necessário. **Revista Pedagógica**, v. 24, p. 1-25, 2022.

ANDRADE, A. C.; COSTA, M. C. S.; CABRAL, M. C. R. Política de formação de professores e professoras no Brasil: o programa residência pedagógica na região norte. **REVELLI** – Revista de educação, linguagem e literatura. Dossiê Políticas de Educação Superior: tendências e perspectivas. v. 13, 2021.

ANTUNES, Clovis. **Índios de Alagoas**; Documentário. Maceió: Edufal, 1984.

BARBOSA DE SÁ, L. C.; FEITOSA, S. F. O papel dos docentes indígenas na consolidação do currículo intercultural da educação escolar do povo Pipipã. **Revista Articul. const. saber**, v.6: e66704, 2021.

BERGAMASHI, M. A.; CANON-BUITRAGO, E. A.; METZ SCHMIDT, G. Possibilidades descoloniais nos currículos de licenciatura: a temática indígena na universidade. **Cadernos Cajuína – Revista Interdisciplinar**. V. 7, n. 2, 2022.

BERGAMASCHI, M. A.; SOUSA, F. B. **Pro-Posições**, v. 26, n. 2 (77), p. 143-161, mai. ago. 2015.

BERNSTEIN, A. **A relação íntima entre currículo e cultura**. Educação Pública, 13 set. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/19/a-relao-ntima-entre-curruculo-e-cultura> Acesso em: 12 dez. 2021.

BONFIM, S. M. S. Currículo, Poder, Educação, Invisibilidade da História e Memória dos Povos Indígenas e Negros na BNCC. **Anais do Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. v. XV, n. 11, set., 2021.

BORGES, E. B. M.; RIGONATO, V. D. Repensando o currículo: uma proposta de geografia escolar para indígenas da etnia Atikum em Angical – Bahia. In: **Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas**. Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

BRAGA, L. L. A educação escolar indígena diferenciada. **Anais do Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. v. XV, n. 1, set., 2021.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRIGHENTI, C. A. Revisitando a Lei 11645/2008: A Contribuição das Cosmologias Indígenas em Sala de Aula. **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, 16(31), 3–21., 2022.

CALONGA, T. G.; GONZALEZ, C. G.; OLIVEIRA, R. B. Educação escolar indígena: formação de professores e construção do currículo. **Anais do IV Seminário Formação Docente: Intersecção entre Universidade e Escola**. Educação Pública em Tempos de Reforma. Dourados – MS, de 09 a 11 de setembro de 2019.

COLL, C. **Psicologia e currículo**: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. 5 ed. São Paulo: Ática, 2000.

CORREIA, N. A. A relevância das tradições culturais na prática pedagógica. **REEDUC**, UEG. v. 8, n. 1, jan./abr. 2022.

COSTA, M. F. S. et al. A formação do professor indígena numa perspectiva intercultural. **Rev. Sistemática**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 106-141, jul/set, 2020.

CUNHA, K. F. Identidade e diversidade: a importância da educação na (des)construção de valores. **Revista Magsul de Educação da Fronteira** – v.02, n.03, p.29-39. 2017.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

FERREIRA, B. Descolonizando a escola: em busca de novas práticas. **Avá. Revista de Antropología**, vol. 33, 2018.

FERREIRA, L. S.; BEZERRA, S. J. C. Desafios e possibilidades no processo de garantia do currículo escolar específico em escolas indígenas. **Diversitas Journal**. Santana do Ipanema/AL. vol. 5, n. 1, p.455-477, jan./mar. 2020.

FERREIRA, D. C. A.; CUNHA, K. S. O processo de estadualização da educação escolar indígena no estado de Pernambuco e os desafios para elaboração de um currículo intercultural. **LING. – Est. e Pesq.**, Catalão-GO, vol. 25, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2021.

FLORES, C. G. de C.; GOMES, L. B.; CASAGRANDE, C. A. Abordagens das culturas indígenas na Educação Básica brasileira: reflexões para um ensino intercultural. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–19, 2022.

FORNEIRO, L. I. A organização dos espaços na educação infantil. In: ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FRAGA, L. Quem é/deve ser o professor da escola indígena: uma discussão Introdutória. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 46 (2): p. 505-515, 2017.

FREITAS LUCIANO, R. R.; SIMAS, H. C. P.; GARCIA, F. M. Políticas públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.11, n.32, p. 571 - 605, 2020.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Educação Escolar Indígena**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena> Acesso em: 04 mar. de 2022.

GOMES NEVES, J. Interpelações ao currículo intercultural – Lei 11.645/2008: o pajé sala de aula. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-26, e020107, 2020.

GONÇALVES, S. R. V.; CARVALHO, I. A. S. Os desafios da implementação das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores no Brasil. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 126-141, junho, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Projeto Político dos Cursos de Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND/AL, 2010**. Arapiraca: UNEAL, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Projeto Político dos Cursos de Licenciatura Intercultural Indígena – CLIND/AL, 2018**. Arapiraca: UNEAL, 2018.

GUERRA, M. G. G. V.; CUSATI, I. C.; COSTA, K. F. Por um currículo plural na perspectiva do multiculturalismo. **Dialogia**, São Paulo, n. 30, p. 157-168, set./dez. 2018.

LAGO BORGES, C. C.; SILVA, V. C. Lei n. 11.645/2008: o que devemos aprender com os indígenas? **Revista História em Reflexão**, Vol. 15, N. 31. 2022. (Dossiê Ensino de História e Cultura Indígena nas escolas).

LAMEGO, C. R. S.; SANTOS, M. C. F. Formação de professores e educação intercultural: Concepções e Práticas de Licenciandos sobre Diversidade Cultural na Educação Básica. **Revista Contexto & Educação**. Editora Unijuí. Ano 34. nº 108. Maio/Ago. 2019.

LIMA, N. F.; SILVA, J. B.; SOUZA, P. B. Educação e interculturalidade: a formação dos professores indígenas. **Revista Humanidades e Inovação**. v.4, n. 4. 2017.

LISBOA GROSS, D. G. et al. Reflexões acerca da etnicidade e diversidade cultural na BNCC e no PNE. **Revista Humanidades e Inovação**. v.6, n.18, 2019.

LOCATELLI, R. Infância indígena apinayé: um estudo sobre as aprendizagens essenciais da base nacional comum curricular (BNCC). JNT. **Facit Business and Technology Journal**. ed. 34. v. 1. p. 430-441. 2022.

MACHADO, M. T. A interculturalidade como caminho para uma pedagogia crítica na construção de currículos à educação escolar indígena. **Revista Científica UMC**. V. 7, n. 1, 2022.

MACHADO, C. B.; LEON, A. D. O movimento indígena e a educação escolar. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 05, ed. especial, abr., 2019.

MACHADO, D. P.; SOARES, K. R. D. **Currículo e sociedade**. Curitiba: Contentus, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas de Marx e Engels**. V. 1, São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

MARTINS, C. C.; BECKER, T. M.; KATERBERG, L. P. Tecnologia imersiva no ensino formal: promovendo a multiculturalidade indígena em sala de aula. **Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**. v.01 n. 01/2021.

MATTOS, A. P. **Escola e Currículo**. Curitiba: Intersaberes, 2014. (Série Gestão Educacional).

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 3. ed. São Paulo, 1938.

MELO, P. C. C., ARAÚJO, F. M. L., SOUSA, J. S. Temática indígena no livro de história a partir da vigência da BNCC. **Dialogia**, São Paulo, 40, p. 1-18, e19986. jan./abr. 2022.

MENDONÇA, D. G.; OLIVEIRA, R. M. S. R. Educação indígena no Brasil: Entre legislações, formação docente e tecnologias. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, e515985564, 2020.

MENESES, L. S.; BARBOSA, L. M. S. S.; TAVARES, E. O.; FREGADOLLI, A. M. V. Análise do processo de formação/efetivação do currículo na escola indígena. **Rev. Dimensão**, Maceió, v. 2, n.1, p. 19-35, abr./jun, 2020.

MENESES, M. C. B.; FAUSTINO, R. C.; NOVAK, M. S. J. Formação inicial de professores indígenas: ações desenvolvidas no Estado do Paraná. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 910-925, mar. 2021.

MILHOMEM, S. R. S.; MILHOMEM, M. S. F. S. Escola indígena: avanços e desafios no cenário nacional. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.18 – 2020.

MONTEIRO, A. S.; MASCARENHAS, S. A. N. Educação escolar diferenciada, formação de professores indígenas e currículo. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-15, e17338, jul./set. 2020.

MONTEIRO, A. S.; MASCARENHAS, S. A. N.; RAMOS, K. L. Aspectos acerca da educação escolar indígena e desigualdades raciais na Amazônia: reflexos na formação profissional dos professores indígenas. **Amazônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**. v. 15 n. 2, jul./dez. 2022.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. 7 ed. Campinas: Papirus, 2001.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

MUNDURUKU, D.; WAPUCHANA, C. São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: povos indígenas: orientações pedagógicas. – São Paulo: SME / COPED, 2019

NASCIMENTO, C. A. R.; et al. Educação Superior Indígena na perspectiva da Interculturalidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, e59110212979, 2021.

NASCIMENTO, R. G. Escola como local das culturas: o que dizem os índios sobre escola e currículo. **Revista Educ. Public.** Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 373-389, maio/ago. 2017.

NASCIMENTO, R. N. F.; QUADROS, M. T.; FIALHO, V. Interculturalidade enquanto prática na educação escolar indígena. **Revista Antropológicas**, 27 (1): 187-217, 2016.

NASCIMENTO, E. A.; SILVA, F. P. As visualidades da cultura indígena em livro didático. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas – TO. v.9, n. 01. 2022.

NEVES, J. G. Paulo Freire: um olhar de amorosidade para a educação escolar indígena. **Comunicação & Educação**. ano XXVI. número 2. jul./dez 2021.

NOVAK, E. S.; CUNHA MARQUES, I. A.; SANTOS, A. V. Historicidade, alteridade e diversidade: os desafios do ensino de história e cultura indígena nas escolas. **Revista História em Reflexão**, Vol. 15, N. 31, 2022. (Dossiê Ensino de História e Cultura Indígena nas escolas).

NUNES, L. P.; POSSATO, B. C.; SANTOS, J. P. Afinal, somos todos iguais? A invisibilidade da temática indígena no ambiente escolar. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 171-187, jan./abr. 2022.

OLIVEIRA, L. C. C.; CHIACCHIO, M. W. C.; AVELAR, K. E. S.; MIRANDA, M. G. A educação indígena pelas políticas públicas no Brasil. **Revista Lex Cult**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 97-113, set./dez. 2021.

PAIVA, L. et al. Luta corporal indígena: contribuições à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **SOMANLU – Revista de Estudos Amazônicos** – UFAM, n. 2, v. 2, jul./dez., 2021.

PARO, V. H. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Política e Administração da educação**, v. 24, n. 1, 2008.

PEDRA, J. A. **Currículo, conhecimento e suas representações**. São Paulo: Campinas. Papyrus, 1997. Coleção Práxis.

PEIXOTO, J. A. L.; CAMPOS, Z. D. P. Educação, direito e identidade: Licenciatura Intercultural Indígena em Alagoas – CLIND-AL. **Revista EntreRios**, Vol. 4, n. 1, p. 96 - 121, 2021.

PEREIRA, P. F. S.; NETO, J. SHIRAISHI. Um pouco além dos territórios: o direito fundamental dos povos indígenas a uma educação diferenciada. **Revista Jurídica da Presidência Brasília** v. 18 n. 116, p. 603-632, Out. 2016./Jan. 2017.

PESSOA, H. C. C. Narrativas de professores indígenas sobre o cotidiano escolar. **Revista Ensino Interdisciplinar**. v. 3, n. 08, VERN, Mossoró, RN, maio/2017.

PONTES, J. P. O.; SOARES, A. A. Tecnologia auxiliando na formação de professores indígenas em Manaus. **SCIAS Edu., Com., Tec.**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 140-157, jan./jun. 2021.

PORTO, M. **Currículos, programas e projetos pedagógicos**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2017.

RIBEIRO, A. C. **Desenvolvimento curricular**. 4 ed. Lisboa: Texto Editora, 1993.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Penso, 2013.

SANTOS, L. L. C. P. Problemas e divergências no campo do currículo. In: **Coleção Veredas – Formação superior de professores**. Mod. 3., v. 2. Belo Horizonte: SEE-MG, 2002.

SANTOS, M. D. A educação escolar indígena na pós-modernidade. **Revista Panorâmica**. v. 25. Edição comemorativa. 2018.

SANTOS, T. K. F. Contando histórias do presente indígena no Brasil (2008-2011). In: FERREIRA, G. G.; SILVA, E. H.; BARBALHO, J. I. S. **Educação e Diversidades: um diálogo necessário na Educação Básica**. Maceió: Edufal, 2015.

SANTOS, D. I. P.; GOBBI, M. C. M.; LOPES, M. M. Formação do professor indígena em Humaitá, sul do Amazonas. **Retratos de Assentamentos**. v.20, n.2, 2017.

SANTOS, R. B.; SERRÃO, M. C. Educação escolar indígena em escolas urbanas: realidade ou utopia? **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, jul./dez., 2017.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIMÃO, I. T. Princípios da educação escolar indígena no resgate da língua kokama. **Revista Científica FESA, [S. l.]**, v. 1, n. 16, p. 52–70, 2022.

SILVA, C. G.; AMORIM, R. M.; PIZZI, L. C. V. Temática indígena no currículo de pedagogia em uma universidade de alagoas: desafios e possibilidades da lei 11.645/2008 para a formação docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1085-1105, jul./set. 2021. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC-SP.

SILVA, B. J. C.; FERREIRA, C. A. L. Desafios para repensar a imagem indígena: A Lei 11.645/08 e as lacunas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Anais do Seminário Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade e VII Colóquio Internacional Sobre Desenho**. v. 1 n. 1, 2021.

SILVA, A. R.; FREITAS, M. C. S. A institucionalização da educação escolar indígena no Brasil. **Revista Científica Vozes do Vales – UFV**. JM, MG – Brasil, n. 06, ano III-10/2014.

SILVA, E. Os povos indígenas e o ensino: (re)conhecendo sociodiversidades na educação para as relações étnico-raciais. **Revista de estudos indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 1, n.1, p. 4-19. 2022.

SILVA, G. A.; GOMES, V. A interculturalidade na educação indígena. **Revista Saberes docentes**. Juína – MT, Brasil, v. 3, n. 5, jan./jul. 2015.

SILVA, R. J. M.; OLIVEIRA, H. C.; RODRIGUES, G. P. O currículo escolar em tempos de pandemia: implicações e desafios. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia. vol.23, n. 2. abril/jun./2021.

SILVA, L. A.; PEIXOTO, J. A. L. O imaginado e o conhecido: notas sobre a temática indígena no universo escolar. **Revista de estudos indígenas de Alagoas – Campiô**, Palmeira dos Índios, v. 1, n.1, p. 33-45. 2022.

SILVA, M. P. Indígenas na busca pela educação superior como prática da liberdade. **Revista de estudos indígenas de Alagoas – Campiô**, Palmeira dos Índios, v. 1, n.1, p. 46-61. 2022.

SILVA, M. R. **Currículo e competências**: a formação administrada. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. R. S.; PEREIRA, L. C.; SILVA, H. M. A BNCC e a educação do campo, da invisibilidade a insubordinação criativa. **RELVA**, Juara/MT/Brasil, v. 8, n. 1, p. 34-54, jan./jun. 2021.

SILVA, M. L. C. S. et al. A questão multicultural no espaço escolar: desafios para as práticas pedagógicas. **Rev. Sistemática**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 26-55, jul/set, 2020.

SILVA, M. L. C. S. et al. Currículo multicultural: desafios e perspectivas para a sua construção e efetivação. **Rev. Científica Sistemática**, Maceió, v. 4, n.1, p. 11-47, jul./set., 2020.

SOARES, K. C. D. **Sistemas de ensino**: legislação e política educacional para a educação básica, Curitiba: Intersaberes, 2017. (Série Fundamentos da Educação).

SOBRINHO, R. S. M.; SOUZA, A. S. D.; BETTIOL, C. A. A educação escolar indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. **Unisul, Tubarão**, v.11, n. 19, p. 58 - 75, Jan/Jun 2017.

SOUSA, M. A. A.; SALUSTIANO, D. A. Diversidade no currículo escolar: perspectivas de professoras da educação básica. **Revista Teias**. v. 23, n. 68, jan./mar. 2022.

TOMAZ, V. N. A Formação Intercultural para Educadores Indígenas: possibilidades e formas de resistência. **Perspectivas da Educação Matemática** – INMA/UFMS – v. 12, n. 30, 2019.

TOMAZ, V. S.; KNIJNIK, G. Tensionamentos na formação intercultural de professores indígenas: um estudo da escola Xacriabá. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, e187725. 2018.

TROQUEZ, M. C. C.; NASCIMENTO, A. C. (Des)colonização, interculturalidade crítica e escola indígena na contemporaneidade. **Educação Unisinos**. v.24, 2020.

VOLKMER, M. S. et al. Educação e diversidade cultural: culturas indígenas e africanas na sala de aula. **Revista de História e Geografia**. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 02, p. 52-63, jul./dez. 2015.



 **hawking**
EDITORA